

## RESUMO

*São Tomé e Príncipe (STP) tem vindo a beneficiar de um elevado número de acções de ajuda, assistência técnica e financeira na área da educação e ensino. Esta ajuda tem sido desenvolvida no âmbito de protocolos e programas de cooperação firmados entre o governo santomense e os governos de diferentes países ou organizações internacionais. Por razões de ordem histórica e cultural, a cooperação Portugal - STP tem tido um peso importantíssimo no quadro da ajuda externa ao arquipélago, nomeadamente no apoio às estruturas educativas santomenses. Tendo como quadro de referência as metas dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio/Educação Para Todos e as políticas / projectos / acções desenvolvidas no arquipélago, no âmbito dos acordos de cooperação entre Portugal e STP para a área da educação e formação, pretende-se fazer uma reflexão crítica sobre as prioridades, estratégias, eficácia e impacto dessas acções na melhoria da educação e formação do arquipélago.*

# A COOPERAÇÃO PORTUGAL - SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

**António José Martelo**

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL)

PALAVRAS-CHAVE: COOPERAÇÃO, EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO

185

No quadro da Cooperação Internacional e da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), ao longo destes trinta e cinco anos, Portugal tem vindo a privilegiar a cooperação bilateral com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), a que se juntou Timor-Leste, na última década. Razões históricas e culturais assim o justificam.

A educação e a saúde têm sido eleitas como áreas prioritárias de intervenção da política de cooperação portuguesa, para onde são canalizados a maioria dos fluxos financeiros dessa ajuda.

Actualmente os objectivos da política de cooperação portuguesa para o desenvolvimento e da APD portuguesa concentram-se no eixo central do combate à pobreza, tendo a educação e o apoio aos sistemas educativos dos PALOP e de Timor-Leste um papel privilegiado na concretização desses objectivos.

A República Democrática de São Tomé Príncipe (RDSTP), o mais pequeno dos PALOP, tem vindo a beneficiar ao longo destas três décadas e meia de um conjunto alargado de ajudas, sobretudo na área da educação<sup>1</sup>.

Desde a independência que os sucessivos governos da República vêm elegendo o sector educativo como prioritário das políticas governamentais.

Durante o período do monopartidarismo o sistema educativo foi

<sup>1</sup> São Tomé e Príncipe insere-se no conjunto dos denominados PEID – Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, é caracterizado como um Estado de fraca capacidade e extrema vulnerabilidade, e está incluído no grupo dos denominados Estados frágeis.

apresentado como alavanca para a criação do *Homem Novo*. A introdução do multipartidarismo no início da década de noventa e sobretudo a alteração das relações com os chamados países do leste europeu teve como consequência, entre outras, o abandono de um modelo de ensino *estranho* ao contexto do país e a adopção de vários modelos, alguns também *estranhos*, mas que são fruto da pobreza, da dependência da ajuda externa e de situações de permanente instabilidade política.

A permanente conflitualidade político-partidária e as mudanças constantes na governação têm impedido a concretização e consolidação de políticas reformistas para o sector<sup>2</sup>.

Os compromissos assumidos com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) têm levado os sucessivos programas de governo a reproduzir permanentemente o discurso político do combate à pobreza, invocando a melhoria da educação e da saúde como áreas de intervenção prioritária e necessitadas de reformas e intervenção profunda. Porém, a incapacidade financeira do Estado (apesar das significativas ajudas externas) e a fraca capacitação para a promoção de políticas concertadas para o sector educativo reflectem-se na ausência de respostas às necessidades de educação/formação, cujo estágio é um sério obstáculo ao desenvolvimento económico e social do país e ao combate aos elevados índices de pobreza que o caracteriza.

Desde a sua independência, o país tem vindo a beneficiar de um elevado número de acções de ajuda, assistência técnica e financeira na área da educação e ensino. Esta ajuda tem sido desenvolvida no âmbito de protocolos e programas de cooperação firmados entre o governo santomense e os governos de diversos países, assim como de diversas organizações internacionais<sup>3</sup>.

Por razões de ordem histórica e cultural, a cooperação Portugal - São Tomé e Príncipe tem tido um peso importantíssimo no quadro da ajuda externa ao arquipélago, nomeadamente no apoio às estruturas educativas santomenses com o envio de professores, formação de docentes, atribuição de bolsas de estudo e apoio técnico variado. Um exemplo do peso da cooperação portuguesa na educação reflecte-se nas adaptações (e semelhanças) que os responsáveis santomenses têm feito do seu sistema educativo ao sistema português.

---

**2** Em São Tomé e Príncipe a queda sucessiva dos governos, que vem marcando a actividade política desde a instauração do multipartidarismo em 1991, já levou à tomada de posse de 13 governos nesta II República e 14 primeiros-ministros de 4 partidos diferentes. O primeiro Presidente da Nova República, Miguel Trovoada, conheceu 7 governos, enquanto o actual Presidente, Fradique de Menezes, já vai em 9 governos e cerca de 10 primeiros-ministros. Ou seja, nos últimos 9 anos a maioria dos governos não teve uma duração superior a 1 ano.

**3** O país, ao longo destas três últimas décadas, caracterizou-se por depender fortemente das ajudas externas, sendo cerca de 90% do orçamento de Estado proveniente dos fluxos das dotações da ajuda internacional. Esta vem actuando, de múltiplas formas, em todos os sectores da sociedade santomense, sendo a educação/formação e o combate à pobreza as prioridades dessas ajudas. Organizações como a UNESCO, UNICEF, Gulbenkian, têm ao longo destas décadas fornecido um importante auxílio financeiro, apoio técnico e didáctico às escolas do arquipélago. A contribuição da cooperação internacional tem desempenhado um papel muito significativo quer no apoio a infra-estruturas educativas quer na formação de recursos humanos. A fraca capacidade institucional, para gerir e aplicar eficazmente os fundos disponibilizados ou os integrar em projectos ou programas de desenvolvimento, tem determinado impactos pouco positivos num país que tem sido receptor das mais elevadas ajudas per capita concedidas aos países pobres.

No quadro da cooperação bilateral entre os dois países a formação de quadros santomenses, através da concessão de bolsas de estudo de formação em Portugal, tem sido a grande beneficiada desde sempre, absorvendo uma parte significativa dos fluxos financeiros da ajuda.

Outra área tradicional e privilegiada na cooperação bilateral Portugal - STP tem sido o apoio ao ensino secundário com o envio de professores cooperantes portugueses, para leccionarem sobretudo no Liceu Nacional. O apoio à edição de manuais escolares e livros de texto e o financiamento de edifícios e equipamentos também têm feito parte dos programas de acção, não de forma permanente e com dotações orçamentais mais reduzidas. A área de formação de professores, fundamental para a promoção e valorização da língua portuguesa e da qualidade da educação do arquipélago, referenciada várias vezes nos acordos e programas de cooperação, tem-se mostrado bastante incipiente ao longo destas décadas.

Enquadrando-se na mais recente orgânica de programação da cooperação bilateral entre os dois países, os últimos Programas Indicativos da Cooperação (PIC) para a área da educação, além de repetirem as áreas de actuação, anunciam um importante programa de apoio à capacitação nacional de gestão do sistema educativo, com o apoio ao desenvolvimento de um tecido de decisores, colaboração na formação de quadros especializados, apoio institucional e regulamentação de diplomas legislativos. Surge, assim, um leque alargado de intervenções que, a concretizarem-se, poderão dar um forte contributo para a melhoria da qualidade do sistema educativo da RDSTP e ultrapassar alguns dos constrangimentos do seu sistema, a seguir apresentados:

187

#### FRAGILIDADE DO QUADRO LEGAL ENQUADRADOR DO SISTEMA NA SUA GLOBALIDADE E A SUA OMISSÃO EM ÂMBITOS ESTRUTURANTES

Como reflexo dos compromissos assumidos por São Tomé e Príncipe, em Jomtien e Dakar, foi publicada em 2003 a nova LBSE 2/2003<sup>4</sup> que substituiu o anterior Decreto-Lei n.º 53/88, na qual se assume o compromisso de alargar a escolaridade obrigatória até à sexta classe. Esta lei está a ser implementada de forma faseada no novo quadro geral do sistema educativo mas, apesar de ser o marco legal que rege a educação do país, na realidade, ainda hoje, a oferta educativa nacional responde mais à antiga Lei de Bases do Sistema Educativo (Decreto-Lei n.º 53/88) sancionada em 2003.

Esta situação constitui um indicador das dificuldades que o Ministério da Educação tem tido para implementar as transformações previstas pela nova lei da educação. Independentemente da bondade da legislação, a sua concretização tem sido muito difícil, sendo os constrangimentos do sistema seriamente impeditivos deste sucesso.

Se usarmos como referência os últimos dados disponíveis, que se referem ao ano lectivo de 2006/07, verificamos que, do total de 40.794 alunos que frequentaram o sistema (1<sup>a</sup>-12<sup>a</sup> classe), apenas 22% o faziam no ensino secundário. Tão grande discrepância deve-se às elevadas taxas de repetência e abandono escolar e, ainda, à reduzida oferta formativa pós-básica (10<sup>a</sup>

---

<sup>4</sup> Diário da República de São Tomé e Príncipe n.º 7, de 2 de Junho de 2003.

/ 11ª classes), que se restringe à cidade capital. Ou seja, caso o Estado não promova ofertas educativas alternativas após o básico ou no final do 1º ciclo do ensino secundário, perder-se-ão os esforços da escolarização básica.

Apesar de existir o enorme desafio de alargar o ensino obrigatório à 6ª classe até 2015, a organização das escolas ainda não obedece totalmente à estrutura preconizada na nova lei de bases. Apenas numa percentagem reduzida de estabelecimentos escolares se lecciona da 1ª à 6ª classe e em alguns ainda impera o regime triplo.

A deficiente rede escolar, as distâncias à escola e as dificuldades financeiras das famílias impediram, até aqui, que 57% dos alunos que frequentam o 1º ciclo completassem a 6ª classe.

O 1º ciclo do ensino secundário só funciona nas capitais de distrito e apenas duas escolas leccionam até à 11ª classe, o que leva a que apenas 18% dos alunos que frequentaram o 5º ano atinjam este nível de ensino.

A implementação do 12º ano está ainda por concretizar.

A formação profissional nunca foi alternativa, sendo um sector extremamente carente no sistema educativo, com consequências muito graves para toda a sociedade do arquipélago. Existe um centro politécnico mas com pouca diversidade de formação e fraca apetência por parte dos jovens. A exiguidade do mercado de trabalho e a fraca qualidade do ensino têm levado a que este não seja alternativa.

O ensino técnico-profissional, que deveria ter um importante papel para colmatar as necessidades efectivas do país nomeadamente no sector das pescas, turismo e artesanato, encontra-se numa fase de implementação e limitado a um número muito reduzido de alunos.

Com o objectivo de colmatar esta deficiência foram introduzidos em 2005, com o apoio da cooperação portuguesa, os cursos secundários profissionalmente qualificantes. Este projecto pioneiro e de carácter inovador pretendeu criar uma oferta formativa profissionalmente qualificante, ao nível do ensino secundário público, tendo em vista uma dupla perspectiva: a integração qualificada no mundo do trabalho e/ou o prosseguimento de estudos no ensino superior.

O aparecimento do ensino superior em São Tomé e Príncipe (Instituto Superior Politécnico - ISP) verificou-se em 1996 e até 2000 esteve claramente subaproveitado. O protocolo estabelecido com a Universidade Lusíada e a redução do número de bolsas levou a que, nos últimos anos, o ISP se tenha tornado numa *alternativa secundária* para todos aqueles que não conseguem bolsas de estudo no exterior do país.

188

## A FALTA DE UMA POLÍTICA CONSEQUENTE DE FORMAÇÃO DE QUADROS E A AUSÊNCIA DE CARREIRA DOCENTE

Apesar de a formação de professores ser uma área fundamental no sistema educativo, não tem merecido por parte do poder político a atenção imprescindível para um ensino de qualidade. A inexistência de uma política eficaz, planeada e coerente de formação de professores tem tido repercussões na diminuição da qualidade do ensino e, como tal, tem tido óbvias consequências ao nível económico e social cujo custo e atraso são de difícil recuperação. A ausência de professores qualificados tem reflexos na qualidade das aprendizagens dos alunos, que saem do sistema com carências a todos os níveis. Presentemente 49,2 % dos 708 docentes do sistema de

ensino santomense não possuem qualquer tipo de formação.

A inexistência de uma lei que regulamente a carreira docente tem impactos muito significativos na forte desmotivação dos professores santomenses. A carreira é pouco atractiva, os salários baixos e o estatuto é socialmente pouco valorizado. As restrições orçamentais não estimulam os professores mais qualificados, que são substituídos por professores com pouca ou nenhuma qualificação, que por sua vez formam mal os alunos, que se convertem em professores com má qualidade, que formam alunos cada vez mais mal formados.

Os docentes revelam graves deficiências tanto ao nível pedagógico-científico como da própria língua materna, com graves repercussões em todo o sistema educativo.

O encerramento por mais de uma década da escola de formação de educadores e professores primários (EFSQD), contrariando em absoluto os princípios de Jomtien que São Tomé e Príncipe se comprometeu a cumprir, levou a que hoje apenas 46,1% dos professores possuam formação.

Até aqui, a prática utilizada no recrutamento de professores por parte do Ministério da Educação santomense faz-se contratando docentes com a 9ª e 11ª classe para leccionarem no ensino primário e no 1º ciclo do ensino secundário. A esmagadora maioria dos professores com formação leccionam em escolas situadas nos distritos de Água Grande e Mé-Zochi.

A falta de docentes habilitados para a docência dos anos terminais (10ª e 11ª classes) tem sido colmatada, em parte, com a chegada de professores cooperantes portugueses. Ao longo das últimas décadas, Portugal tem vindo a enviar um número significativo de professores que desenvolvem a sua actividade no ensino secundário e quase exclusivamente no Liceu Nacional.

O recrutamento dos restantes professores é feito entre os quadros técnicos superiores santomenses.

A principal razão de ainda não estar a ser ministrada a 12ª classe no país prende-se com a falta de instalações e com a ausência de docentes habilitados para leccionarem as disciplinas curriculares.

A abertura do ISP e da Escola de Formação de Professores e Educadores (EFOPE), em 2000, como instituições viradas para a formação de educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário, poderá contribuir para minimizar o problema, mas não o resolverá pelo menos a médio prazo. A forte pressão demográfica e o alargamento da escolaridade obrigatória até à 6ª classe exigem cada vez mais docentes a que estas instituições terão muitas dificuldades de responder num espaço de tempo limitado.

A negligência das entidades santomenses em relação à área da formação de professores e formadores, a inadequada gestão e planificação, tanto das necessidades como da formação em si, têm sido o mais sério obstáculo à melhoria da qualidade do ensino na RDSTP.

#### FRAGILIDADE DO QUADRO ADMINISTRATIVO QUE NÃO RESPONDE ÀS NECESSIDADES NEM ESTÁ ACTUALIZADO FACE AOS CONTEXTOS ACTUAIS

O sistema educativo santomense caracteriza-se por ter um modelo de gestão centralizado, pouco eficaz e sem mecanismos adequados de controlo, supervisão e apoio. Os órgãos centrais de planificação e execução das

políticas educativas limitam-se ao exercício de funções muito elementares, à prática de meras rotinas.

A fraca capacidade institucional, a ausência de políticas coerentes e a ausência de um plano de desenvolvimento do sector da educação conduziram, ao longo dos anos, a improvisos, à tomada desarticulada de decisões, a uma flagrante incoerência e falta de correspondência entre o preconizado pela via da lei e aquilo que efectivamente se observa na prática.

#### LIMITADAS CAPACIDADES DE RESPOSTA ÀS NECESSIDADES EDUCATIVAS DO PAÍS POR PARTE DO NÍVEL CENTRAL DO SISTEMA

As carências do sistema educativo são diversas: fraca oferta educativa a todos os níveis (incluindo o ensino básico obrigatório); carência de infra-estruturas educativas, de recursos humanos qualificados e financeiros, de manuais actualizados; existência de programas obsoletos; desarticulação dos diferentes níveis de ensino e pouca flexibilidade estrutural para a progressão escolar. As escolas sentem permanentemente uma falta de apoio em todos os aspectos, desde equipamentos e mobiliário, material escolar e educativo, a recursos didácticos e financeiros que possam satisfazer minimamente a gestão diária.

O desequilíbrio entre a capacidade de oferta e a procura de espaços de ensino é cada vez maior. A realidade tem vindo a evidenciar a disparidade entre os decrescentes recursos estatais e o rápido crescimento da população escolar.

As limitações quantitativas e qualitativas do parque escolar são enormes. O excesso de alunos por turma, aliado à fraca qualificação dos professores e à carência de materiais de suporte ao ensino (manuais e outros materiais didácticos) tem tido um enorme peso na fraca qualidade de ensino ministrado nas escolas.

A fraca equidade entre rapazes e raparigas, o elevado número de retenções (superior a 30%, atingindo os 44% no ensino pré-universitário) (EPT, 2002: 27), o forte abandono escolar sobretudo das raparigas, a fraca expectativa familiar em relação à escola (para o que a degradação da educação também muito contribui), a deficiente estrutura da rede escolar que impede a maioria dos alunos de completarem o ensino secundário, têm levado a que os que completam o pré-universitário sejam uma pequena minoria.

O ensino técnico-profissional é pouco significativo, apesar do interesse de que esta modalidade de ensino se reveste no quadro do processo de desenvolvimento económico, e as oportunidades de formação são muito escassas ou quase inexistentes.

A deficiente articulação entre a escola e o mundo do trabalho não permite que esta seja verdadeiramente útil ao processo de desenvolvimento económico do país ou consiga provar a sua relevância. Como tal, as comunidades comportam-se como se a escola fosse um corpo estranho inserido no seu seio.

#### A AUSÊNCIA DE UMA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO, SUPERVISÃO, INCAPACIDADE DE CONTROLO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA

Apesar das tentativas de reformas no sector, estas têm ficado sempre aquém das metas propostas. O corpo de inspecção é praticamente inexistente e os professores santomenses sentem-se entregues à sua própria

sorte.

A falta de clareza dos objectivos, a ausência de definição de estratégias realistas e a fraca prestação ao nível da gestão da educação são factores explicativos. No entanto, a instabilidade política tem resultado na interrupção continuada das acções, devido à substituição sistemática dos quadros que habitualmente acompanham as mudanças ministeriais.

A realidade educativa santomense vem evidenciando que, apesar dos programas de cooperação, do elevado número de acções de ajuda, assistência técnica e financeira e dos progressos verificados no seu seio, continua a debater-se com graves carências e constrangimentos, agravados ao longo dos anos, impedindo-a de dar resposta às necessidades e anseios da juventude do arquipélago, e constituindo, em última instância, um obstáculo ao desenvolvimento do país.

Pelo facto de Portugal ser o principal parceiro de cooperação com São Tomé e Príncipe, coloca-se a questão: serão as ajudas insuficientes?

Tendo em conta o diagnóstico apresentado, o país necessita de um investimento substancial nos mais diversos sectores da área da educação, a falta de recursos por parte de STP não permite empreender reformas significativas e só com a ajuda internacional poderá ultrapassar esses constrangimentos.

As solicitações permanentes dos dirigentes santomenses junto dos doadores internacionais, e de Portugal em particular, no sentido do reforço das ajudas (externas) aos sectores mais carenciados, e especificamente à educação e ensino, é revelador da sua insuficiência para fazer face aos constrangimentos existentes.

A RDSTP empreendeu *recentemente* a reforma do seu sistema educativo e assumiu compromissos internacionais. Estes compromissos trazem grandes desafios para o país e a necessidade de alargar o parque escolar e o quadro de docentes.

O Banco Mundial e a Fundação Calouste Gulbenkian apoiam financeiramente esta reforma, com a colaboração da Escola Superior de Educação de Santarém, que tem acompanhado e gerido com equipas santomenses esse processo, importantíssimo para a melhoria da qualidade da educação do país. Esta parceria levou à reformulação dos currículos, produção de novos manuais escolares da 1ª à 6ª classe e apoio na área da formação de professores para a testagem dos manuais e acompanhamento na sua generalização.

Foram produzidos novos manuais, reformularam-se os currículos, contudo não se efectivou a generalização na formação e capacitação dos professores. Perante esta lacuna e tendo em conta o nível de formação do corpo docente do país poderemos questionar o impacto que essa reforma terá, quer no sistema educativo do país, quer na própria sustentabilidade da reforma.

No presente ano lectivo deu-se início a um novo projecto de cooperação, extremamente ambicioso, entre os dois países: o projecto *Escola Mais*. O projecto possui uma componente inovadora em que o executor é uma organização não governamental portuguesa, a Marquês de Valle Flor, cujo grande objectivo é desenvolver uma série de componentes no sentido de promover a dinamização do ensino secundário no país. Em algumas componentes do projecto (tal como a formação e capacitação de directores, supervisores, inspectores e delegados) tem a colaboração da ESE de Leiria.

Este é um projecto que envolve verbas bastante significativas e que, pela sua dimensão, poderá ter um impacto muito significativo no sistema educativo do país.

Esperam-se resultados ambiciosos que contemplem a melhoria do parque escolar e das competências técnicas dos professores e gestores, a actualização dos currículos e programas escolares, a produção de manuais e a diversificação do ensino profissionalizante.

Contudo, mais uma vez, coloca-se a questão da sustentabilidade destas acções, já que se não for dada primazia à formação e capacitação de professores e formadores, dificilmente o impacto deste projecto terá significado. Por outro lado, e indo ao encontro das prioridades da parte do receptor, é fundamental que Portugal promova a reabilitação de algumas estruturas físicas em detrimento de componentes secundárias.

Perante a realidade do sistema educativo santomense é legítimo colocarmos, ainda, outras questões: estarão as ajudas por parte de Portugal a ser mal direccionadas e mal planificadas?

Da análise crítica das acções, programas, projectos, promovidos no âmbito da cooperação e da ajuda bilateral Portugal - STP para a área da educação e ensino, verificou-se que, frequentemente, as propostas apresentadas foram generalistas, os projectos isolados e não articulados com o objectivo de promover a autonomia e a auto-sustentação futura do sistema.

A sobreposição e a não articulação das acções por parte de diferentes organismos que actuam no terreno, como é o exemplo do Instituto Camões e do Ministério da Educação de Portugal, têm como consequência o desperdício de recursos e menor impacto dos projectos.

As acções têm-se repetido, programas após programas, acordos após acordos, o que contribuiu para legitimar as críticas não só do receptor, como dos próprios actores da cooperação. Além disso, e apesar da eficácia ou da eficiência dos projectos, tem-se verificado que muitas vezes tem sido secundarizado um aspecto preponderante: a sustentabilidade.

Na identificação dos constrangimentos ao desenvolvimento da educação em STP, verificamos que a reduzida qualificação do seu corpo docente contribui para a baixa qualidade da educação do arquipélago. Identificada como área prioritária de intervenção, tanto pelos especialistas e dirigentes da educação santomense, como pelos actores da cooperação portuguesa no arquipélago, tem, no entanto, sido secundarizada, reduzida e pontual, a intervenção nesta área por parte de Portugal.

Por outro lado, o envio de professores cooperantes portugueses para leccionarem no arquipélago, salvo raríssimas excepções, não tem sido enquadrado em projectos integradores e promotores da auto-suficiência do país, como por exemplo a formação de professores ou a produção de materiais pedagógicos, limitando-se os professores a leccionar nas classes terminais (10<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup>) do ensino secundário, quando na realidade os mais carenciados são os níveis de escolaridade inferiores. Até que ponto as opções estratégicas até agora tomadas contribuem para a sustentabilidade dos projectos?

Apesar do impacto positivo que os docentes portugueses promovem, quer na melhoria, quer na credibilização deste nível de ensino, acabam por não resolver as dificuldades e os constrangimentos inerentes aos níveis antecessores. As graves carências no ensino básico mantêm-se com posteriores reflexos no secundário.



O sistema educativo santomense está muito dependente dos professores portugueses (sobretudo nos anos terminais) e esta dependência está a eternizar-se. Alguns dos docentes portugueses poderiam ser canalizados para a leccionação nos níveis de ensino inferiores e complementarem a sua intervenção com acções de formação dirigidas sobretudo aos professores santomenses sem habilitação própria para a docência.

A importância da ajuda por parte da cooperação portuguesa a São Tomé e Príncipe tem sido bastante importante, mas é necessário melhorar as estratégias de intervenção. A formação dos professores/formadores santomenses deve ser encarada como prioritária nos acordos de cooperação. Este é um caminho para criar sustentabilidade e promover a autonomia do receptor. A formação tem que ser criteriosa, de qualidade e de ir ao encontro da realidade santomense.

A valorização da via profissionalizante e do ensino profissional no país é fundamental e imprescindível, porém os programas de cooperação deram-lhe durante bastante tempo uma atenção muito reduzida.

A partir do PAC/2005 e dando sequência à reforma iniciada no sistema educativo santomense, Portugal empreendeu com São Tomé um projecto inovador que consistiu na implementação dos Cursos Secundários Profissionalmente Qualificantes, cujos alunos saem com habilitações ao nível do 12º ano (inovação), e ao mesmo tempo criavam-se alternativas à única via do ensino e promovia-se a melhoria da qualificação profissional dos santomenses<sup>5</sup>.

Este projecto, pelo volume financeiro envolvido, pela inovação técnico-pedagógica e meios materiais e de equipamento disponibilizados, mas sobretudo pelas respostas dadas aos constrangimentos do sistema, e ao apresentar alternativas profissionalizantes à, até aqui, única via de estudos do país, tornou-se importantíssimo para São Tomé e Príncipe.

Sem colocarmos em causa a eficiência e eficácia deste projecto, verificamos que esta experiência pedagógica com cerca de cinco anos é cada vez mais um projecto que, pelo número reduzido de alunos envolvidos, pela qualidade e quantidade dos materiais e equipamentos disponibilizados e pelo corpo docente, se diferencia totalmente da realidade educativa da escola em que estão inseridos. Estes cursos, perante a realidade santomense, são opções de carácter elitista. É, pois, fundamental que se promova a generalização destes cursos a outras escolas do país.

Os docentes que asseguram a leccionação das áreas curriculares e a gestão dos cursos são quase exclusivamente professores portugueses. Os professores santomenses do Liceu Nacional não se sentem envolvidos neste projecto, sentem-se à margem do mesmo e dizem ser *o projecto dos portugueses*.

Mais uma vez se coloca a questão da sustentabilidade do projecto e eternização da ajuda portuguesa a São Tomé e Príncipe. É indispensável que se promova a participação dos receptores no projecto, que o sintam como seu. É,

---

<sup>5</sup> Os cursos conferem diplomas em Gestão e Administração; Humanísticas e Turismo; Arte e Design; Tecnologias Industriais (electricidade e construção civil). Com o apoio da cooperação portuguesa foram recuperados dois pavilhões no espaço do Liceu Nacional que foram totalmente equipados com mobiliário e material informático. O corpo docente é maioritariamente composto por docentes portugueses.

também, necessário que os próprios responsáveis pela educação do país assumam os projectos no sentido de contribuírem para a própria sustentabilidade.

As carências em meios e equipamentos pedagógicos, em infra-estruturas físicas, *pedem* um maior esforço da cooperação e da ajuda portuguesa.

A valorização da intervenção em áreas da gestão e administração escolar, referenciadas no recente projecto *Escola Mais*, poderá ser um bom indicador de que ambos os parceiros apostam em áreas promotoras do desenvolvimento do sistema. É indispensável que especialistas em educação, com conhecimentos sólidos do terreno, possam participar nas acções e projectos a empreender e na definição das estratégias a levar a cabo.

Para promover reformulações e aperfeiçoamento futuro dos instrumentos e técnicos é necessário que haja uma efectiva coordenação das acções no terreno, uma forte articulação entre doador e receptor e uma efectiva avaliação dos projectos e programas sectoriais. É, sobretudo, necessária uma grande transparência e profissionalismo em todo o processo.

Portugal deverá apostar numa política de desenvolvimento efectiva, estabelecendo os programas com STP com base na definição de estratégias de desenvolvimento bem definidas, privilegiando dentro da educação iniciativas que tenham em vista a transformação efectiva da realidade do sistema, apostando na formação, gestão e administração.

A primazia dada à educação deverá promover o reforço da língua portuguesa, dando particular prioridade à formação de professores e formadores, reconhecendo o efeito multiplicador destas acções e a promoção da auto-sustentação da RDSTP.

Por outro lado, é fundamental o papel de Portugal no apoio à reforma dos currículos, não só no sentido da actualização do conhecimento científico, como no da promoção da cultura tradicional e da própria valorização da identidade nacional. É, também, fundamental o reforço do apoio de Portugal à reformulação e elaboração de manuais escolares e textos de apoio, para que STP possa ultrapassar a gravíssima carência neste sector.

A atenção, aconselhamento e formação a dispensar aos quadros santomenses é primordial para a organização, gestão e planificação de todo o sistema. É sobretudo fundamental, e necessário, que os dois países se empenhem na promoção de metodologias de avaliação conjunta e sistemática tendo em vista dar a conhecer a pertinência, eficácia e eficiência, impacto e sustentabilidade da sua cooperação, propor alternativas, novas estratégias e melhoria do processo.

O presente projecto *Escola Mais*, a efectivar-se em todas as suas componentes, poderá ser a alavanca impulsional da transformação da educação no arquipélago.

O sistema educativo santomense debate-se com enormes constrangimentos impeditivos de este poder responder adequadamente às necessidades do país e aos anseios da juventude. Apesar de o discurso político ser no sentido de dar primazia ao sector educativo e da *aparente* consciencialização de que este é fundamental no combate à pobreza e miséria no país, e fulcral para o desenvolvimento socioeconómico das ilhas, a verdade é que os discursos políticos não têm passado a uma prática efectiva. As *tímidas* reformas na educação, com a colaboração de parceiros externos e de organismos internacionais como o Ministério da Educação de Portugal, a Fundação Gulbenkian, o Instituto Camões, a UNESCO e outras entidades, não têm

sido suficientes para impedir a degradação do sistema educativo do país, que não responde nem aos anseios e necessidades dos santomenses, nem aos desafios da comunidade internacional.

Atendendo a esta realidade, o esforço da política de cooperação bilateral entre os dois países terá efectivamente que ser maior, na tentativa de minorar as deficiências e carências do sistema educativo santomense e as ajudas, mesmo que reduzidas, terão que ser maximizadas, bem orientadas e aplicadas pelo receptor.

Mas, será que o receptor não tem podido, ou conseguido, geri-las no sentido do seu aproveitamento e maximização?

A RDSTP vem evidenciando uma forte instabilidade política, má governação e índices crescentes de corrupção, com consequências extremamente nefastas para a população do arquipélago. A deficiente institucionalização do país, com conflitos permanentes entre os principais órgãos do poder, a ausência de estratégias de desenvolvimento, a falta de políticas sectoriais eficientes (que no caso do sector educativo se vem traduzindo na ausência de uma clara identificação dos constrangimentos), a deficiente planificação de estratégias educativas e formativas, no sentido de se poder promover o aumento das qualificações e da capacitação técnica e profissional da juventude, têm contribuído para que as ajudas não sejam rentabilizadas, nem maximizadas, e não se traduzam num contributo efectivo para a melhoria do sector, levando a que as metas apresentadas, quer nos Objectivos do Milénio, quer nos objectivos da EPT, dificilmente sejam atingidas.

As ajudas externas só poderão ter impactos positivos se existir, por parte dos actores políticos, práticas efectivas de boa governação. STP deverá encontrar políticas de desenvolvimento apropriadas, dedicar especial prioridade ao desenvolvimento do capital humano e de infra-estruturas, no sentido de poder *aproveitar* essas ajudas.

Os responsáveis pelas políticas educativas do país terão que ter a capacidade de saber o rumo que a educação deverá tomar, ter uma consciência clara das necessidades, apostar em políticas e estratégias promotoras da melhoria do sistema e do desenvolvimento sustentável do país, ter instituições eficientes e eficazes, pois só assim poderão ter uma posição fortemente participativa e activa na discussão e negociação dos programas e acordos de cooperação com os seus interlocutores.

O fraco conhecimento das matérias e a ausência de estratégias, a carência de especialistas e empenhamento institucional, têm contribuído para o enfraquecimento da posição do receptor nos momentos de negociação dos programas e acordos com o doador. A alteração desta posição exige, por parte do receptor, a assimilação de um conjunto de políticas, programas e estratégias coerentes e eficientes, uma responsabilização e acompanhamento das acções, uma efectiva actuação nas tomadas de decisão.

É exigível que São Tomé e Príncipe apresente programas e projectos coerentes, exequíveis, que aposte fortemente na melhoria dos sectores fundamentais da educação (tal como num ensino primário e básico de qualidade), no domínio das tecnologias de informação, na motivação, qualificação e reciclagem periódica de professores e formadores, no ensino técnico como resposta à capacitação de mão-de-obra para o sector formal e informal, na reforma dos currículos e conteúdos programáticos, na promoção de um tecido de gestores e administradores do sistema, que promova o ensino superior de modo a pro-

porcionar professores mais qualificados, que reforce a capacidade institucional de modo a que este possa proporcionar, em igualdade, o acesso a todas as crianças e envolva de forma equitativa rapazes e raparigas, que possa beneficiar os mais desfavorecidos, e que rentabilize as ajudas no sentido efectivo da melhoria do sistema e na promoção do desenvolvimento sustentado no país.

São Tomé e Príncipe deverá privilegiar, nos acordos de cooperação para a educação, projectos e acções promotoras de transformações e reformas, tendo em vista dar respostas efectivas às suas necessidades e promover a sua auto-sustentação e não apenas políticas e actos avulsos com o objectivo de resolver situações pontuais.

No caso particular de São Tomé e Príncipe, os projectos, acções e programas no quadro da cooperação luso-santomense foram, são e continuarão a ser, fundamentais e imprescindíveis no processo de melhoria e desenvolvimento da educação no arquipélago. Os dirigentes santomenses *reclamam* permanentemente a cooperação e ajuda ao sector por parte de Portugal.

Portugal deverá promover políticas e medidas coerentes, concretas e exequíveis, num contributo efectivo para a melhoria do sector, no sentido da promoção do desenvolvimento do arquipélago.

É exigível um maior empenhamento, quer do doador quer do receptor, nas acções conjuntas a empreender. Os dois terão que reforçar a coordenação das acções, de modo a que a cooperação bilateral na área da educação e ensino possa contribuir para a melhoria do sistema de educação e formação na RDSTP e, conseqüentemente, para a melhoria das ofertas, neste domínio, à população. É fundamental que a cooperação bilateral seja verdadeiramente promotora do desenvolvimento sustentável e da melhoria social, financeira e cultural das populações e não se traduza apenas numa dádiva.

196

A cooperação bilateral luso-santomense na área da educação, pelas suas características e dimensão, poderia ser um caso de sucesso no quadro da cooperação Portugal - PALOP. Factores anteriormente referenciados têm-no impedido. No entanto, esta realidade poderá ser alterada, assim haja vontade política por parte dos dois parceiros da cooperação.

Duas referências finais:

Uma para o importante papel que a Fundação Calouste Gulbenkian tem tido no apoio à educação no arquipélago. Pela dimensão e volume das acções empreendidas (apoio a manuais, bolsas...), substituindo em muitos momentos as obrigações e responsabilidades dos Estados, essa ajuda tem sido fundamental e imprescindível ao longo de quase quatro décadas.

Outra, para a crescente importância das iniciativas levadas a cabo pelas organizações da sociedade civil. Estas vão ganhando cada vez mais importância no contexto da sociedade santomense, promovendo acções tendo em vista a melhoria da educação e formação dos jovens, mulheres, homens, com iniciativas ao nível da alfabetização, inclusão, formação profissional. Promovendo o *empowerment* das comunidades locais, na luta contra a pobreza.

Pela importância das suas intervenções deverão merecer o apoio acrescido por parte dos organismos responsáveis pela cooperação portuguesa.

## REFERÊNCIAS

Ministério da Educação, Cultura e Desporto da RDSTP (2002). *Educação para Todos – EPT – Plano Nacional de Acção 2002-2015*. Revisão de 2004, Ed. ME da RDSTP.